

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE LINGUAGEM
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARTAMENTO DE LETRAS

VALÉRIA DE JESUS SILVA

A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO NACIONAL BRASILEIRO: UMA HISTÓRIA DA
DITADURA



PONTES E LACERDA/MT

2011/1

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE LINGUAGEM
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARTAMENTO DE LETRAS

VALÉRIA DE JESUS SILVA

A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO NACIONAL BRASILEIRO: UMA HISTÓRIA DA
DITADURA

Monografia de conclusão de curso de graduação em Letras, apresentada ao Departamento de Letras (DL) da Universidade do Estado de Mato Grosso – *Campus* Universitário de Pontes e Lacerda-MT, como requisito parcial para obtenção do título de Graduada em Letras.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Eliana de Almeida

PONTES E LACERDA/MT

2011/1

VALÉRIA DE JESUS SILVA

A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO NACIONAL BRASILEIRO: UMA HISTÓRIA DA
DITADURA

Monografia apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso (UNAMET) como
requisito parcial para a obtenção do título de Graduada em Letras.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Eliana de Almeida

UNEMAT – Pontes e Lacerda - MT

Prof^ª. Ms. Walmira Sodré Austriaco Moraes

UNEMAT – Pontes e Lacerda - MT

Prof^ª. Dra. Rosely Romanelli

UNEMAT – Pontes e Lacerda – MT

[...] Amaro, tu dorme muito fácil, eu não aguento [...]. Ninguém conversa, acho que sou eu que mais converso [...] (RIBEIRO, 1982, p. 69).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus pelas graças concedidos.

Agradeço à;

Minha mãe, Sra. Celízia, pelo apoio nos momentos mais difíceis da minha vida.

Meu pai, Sr. Nicodemo, pois não mediu esforços para ajudar-me todas as vezes que precisei.

Meu irmão Gerson, que com seus sorrisos, suas brincadeiras e piadas sempre alegraram o meu dia.

Agradeço aos professores que nunca mediram esforços para ajudar seus acadêmicos, em especial à Prof^a. Dra. Eliana de Almeida pela orientação neste trabalho, pois sem a sua contribuição teórica eu não teria conseguido.

E, também, à Carina da Silva Moreira, amiga que desde o início, leu o meu trabalho e, também colaborou indicando alguns livros.

Muito obrigada a todos!

*A minha família, por tudo
o que vocês fizeram por mim.
Que Deus sempre os abençoe.*

RESUMO

A arte ou a retórica do bem falar a língua, moldado numa perspectiva que obedece fielmente a norma culta da língua em oposição a este trabalhado que tem como material de interpretação a obra literária *Sargento Getúlio*, da qual instaura uma língua que joga com sentidos já cristalizados, jogo pelo qual desestabiliza a gramática normativa da língua portuguesa, ao criar uma língua peculiar, uma língua que constitui uma nação através da memória, através da posição sujeito-autor, uma nação permeada entre o coronelismo e a constituição do modernismo.

Vemos, portanto, que os sentidos se movimentam em gestos de repetições, cujos movimentos se dão pelos processos parafrásticos e polissêmicos. Há neste material, o sujeito policialesco que impera uma censura local, por onde passa este sujeito que é determinado pela história. A linguagem, tal qual concebida por Orlandi (2000), como mediadora entre o homem e a realidade que vive, e, o discurso que configura o sujeito na injunção a significar, juntamente com a memória discursiva que relaciona com sentidos já-ditos são noções teóricas que cerceiam as discussões proposto neste trabalhado.

Há em *Sargento Getúlio*, a junção de uma sociedade policialesca com o silenciamento produzindo sentidos outros. Este silêncio que, segundo Orlandi (2007), não traduz em palavras, mas que significa por si mesmo. Assim sendo, este material de interpretação constitui-se numa articulação de sentidos, em que a língua é a materialidade simbólica.

Palavras-chaves: Nação, língua, sociedade policialesca

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo I - Noções teóricas e seus funcionamentos.....	10
Capítulo II - Língua autoritária	19
Capítulo II. I - Em nome da nação	23
Capítulo III - Sociedade de controle em Sargento Getúlio	25
Conclusão	28
Referências	29

CAPÍTULO I

NOÇÕES TEÓRICAS E SEUS FUNCIONAMENTOS

Este trabalho de pesquisa inscreve-se na Análise do Discurso (Pêcheux, 1988; Orlandi, 2000; Payer, 2006) tendo como material de leitura a obra literária *Sargento Getúlio* (1971) de João Ubaldo Ribeiro. Recorto para compreensão o espaço discursivo da língua, buscando quais os sentidos que essa obra cria em sua língua e materializa em seu mundo. Para tanto, tomo como fundamento teórico os dispositivos discursivos que definem o discurso, o sujeito, dentre outras noções basilares da teoria.

A Análise do Discurso não trata das questões formais da língua, mas esta lhe interessa, visto que materializa o discurso, ao produzir sentido. O discurso é o funcionamento dos sentidos e é por ele que a Análise do Discurso compreende a constituição do homem, na sua relação com a história, tanto no aspecto mais restrito, linguístico, quanto no aspecto enunciativo e social.

Orlandi (2000, p. 15) afirma que [...] “a Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social”, de modo que o discurso só pode ser analisado a partir de quem fala. Segundo a autora, [...] “o discurso é efeito de sentidos entre locutores” (*idem*, p. 21) porque materializa no simbólico o funcionamento da linguagem.

A Análise do Discurso trabalha com a materialidade que as outras teorias ou outras disciplinas excluem de seu objeto. Por ser uma disciplina de entremeio, seu dispositivo teórico procura, através da noção de discurso, os sentidos na relação com a história, com a linguagem e com o sujeito, materializando-se no objeto simbólico. O sujeito é trabalhado no descentramento, constituído pela história e pela ideologia (Orlandi, 2007, p. 27). Nessa relação, a linguagem se dá na mediação com o “trabalho simbólico” (*idem*, 28).

Nessa confluência de mundo e linguagem [...] “não há relação termo-a-termo entre as coisas e a linguagem” (*idem*), no modo como os processos são constituídos, e, consequentemente, como produz (em) sentido.

A ordem da língua interessa ao analista enquanto perspectiva discursiva, isto é, o que está em jogo é justamente, o funcionamento da língua na sua materialidade significante e/com a história enquanto simbólico (*ibidem*, p. 45). A ordem, enquanto sistema sintático, morfológico, não intervém no resultado, já que o que analisamos são os funcionamentos da

língua, e a única ordem é a da [...] “língua, tal qual enunciamos, e a do mundo para o homem, sob o modo da ordem institucional (social) tomada pela história” (Orlandi, 2007, p. 45).

Os discursos mobilizam efeitos de sentidos que trazem em si a memória discursiva. E é pela língua que se dão as condições de produção do discurso (*idem*, p. 22), porquanto, esta noção de discurso se dá pela [...] “relação de sentidos” (Orlandi, 2000, p. 39), que não existe por si só, mas, na relação com outros. Para Orlandi, o discurso se configura como o [...] “lugar em que pode observar” a relação [...] “entre a língua e a ideologia” produzindo os [...] “sentidos por/para os sujeitos” (*idem*, p. 17).

No funcionamento do discurso, a memória discursiva traz em si sentidos já-ditos em outros momentos, que se renovam a cada retomada, na injunção entre a formulação e o interdiscurso – tal memória discursiva produz novos dizeres. É na história que esta memória discursiva se materializa e o [...] “interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (*idem*, p. 31), isto é, a formulação (algo novo) que está significando pelo já-dito.

É pelo discurso que o homem vai significar-se, entretanto, para que isso ocorra, o homem é deslocado desta noção heurística para a noção de sujeito. Para Orlandi (2002, p. 65), este deslocamento só é possível na relação com os campos da história, da língua e a de sujeito. Em que cada um não se constitui na sua transparência, mas no singular. Para significar, o sujeito precisa submeter à língua.

A noção de sujeito para Pêcheux, teorizado no Círculo da Tríplice Aliança na França nos anos 60, pela Análise do Discurso sob o tripé do Marxismo, da Psicanálise e da Linguística, que compreende a história, o inconsciente e a linguagem, apresentava, desde o início, uma ruptura entre essas disciplinas que o compunha. É na história que [...] “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia” formulado por Althusser, que segundo Pêcheux (1997, p. 295) [...] “toca no impossível de uma ‘forma-sujeito’ tomada na História como ‘processo sem sujeito, nem Fim(s)’”. Ponto que o Marxismo já havia expressado de diversas formas razoáveis, que [...] “os homens fazem a história, mas não a história que eles querem ou acreditavam fazer” (*idem*). Ou seja, os homens pensam a partir da ideologia que estão inseridos. Sendo assim, não pensam por si, mas é interpelado pelo político – no sentido ideológico.

No entanto, para a teoria marxista-leninista, o sujeito é constituído como pleno de si, sem falhas, e Pêcheux, pela exterioridade desta teoria, propõe o deslocamento desse sujeito da posição de indivíduo, pelo qual a ideologia intervém [...] “na relação com a linguagem”,

(Orlandi, 2002, p. 66). Esse sujeito, do qual Pêcheux define, é constituído pelo sujeito da psicanálise, o discurso não transparente, pelo seu afetamento pelo inconsciente na história.

Nessa perspectiva, a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia constitui um sujeito que não está na origem (como supracitado), mas um sujeito que se submete pelo [...] “assujeitamento à língua” para significar pelo simbólico na história. Em outras, palavras, o sujeito é afetado pelo jogo da língua ao produzir sentidos (Orlandi, 2002, p. 66). É no jogo de sentidos que a língua falha, estabelecendo uma relação com a história pelo equívoco. A língua é atravessada pela ideologia, que é um ritual com falha, inscrito na história como equívoco.

O discurso funciona sob os modos da ideologia, do equívoco e da contradição, pois é pelo equívoco que a história se materializa no simbólico. O modo como os sujeitos produzem sentidos está na ideologia, é na estrutura desse funcionamento da produção dos sentidos que a ideologia afeta o sujeito. É pela injunção a significar, que o sujeito é afetado pelo real da língua e o real da história (*idem*, 69-70).

Para prosseguir na compreensão do discurso da ideologia com a história faz-se necessário trazer para esta discussão as condições históricas pela qual o sujeito é submetido. Neste aspecto, Althusser, em seu livro *Aparelhos Ideológicos de Estado* (1985), compreende como os modos de produções de trabalhos se estabilizam através da força capitalista que é regida pela [...] “produção dominante”¹ (*idem*, p. 54), que impera no processo de produção e na força produtiva em relação à sociedade que os englobam. Esses elementos destacados corroboram no discernimento entre classe dominante e classe dominada, em que esta é submetida àquela. Nesta relação de condições, Althusser (*idem*, p. 68-69) considera também como se dá a (im)posição do Aparelho de Estado e dos Aparelhos Ideológicos do Estado² e, do mesmo modo, como funcionam a estrutura, a sociedade e o Estado. Estes processos são as bases que consolidam a posição – interpelação – do sujeito (do/no discurso) na história.

Tem-se em Althusser (1985) os modos sobre os quais o Estado intervém sob a classe dominante. Esta constituição de Estado contribui para compreender como a ideologia funciona na formação – ou interpelação – do indivíduo em sujeito.

A retomada da história de Marx por Althusser delineia novos processos na edificação do Estado como instituição pertencente à classe dominante. Nesta perspectiva, não interessa

1 Emprego “produção dominante” no sentido de “classe dominante”.

2 O nome do livro é “Aparelhos Ideológicos de Estado” difere, portanto, de “Aparelhos Ideológicos do Estado” que são as instituições que compõem o Estado

apenas a [...] “formação social, a produção das condições de produção” ou os [...] “meios de produção”, mas como se estrutura uma sociedade.

A sociedade para Marx é constituída, segundo Althusser (1985, p. 60), por uma [...] “infra-estrutura ou base econômica” que é movimentada pela força de trabalho que, por sua vez, sustenta a classe capitalista. Por outro lado há [...] “a superestrutura que compreende os ‘níveis’ ou ‘instancias’ jurídico-políticas (o direito e o Estado) e a ideologia (as distintas ideologias, religiosa, moral), [...]” (*idem*). Ou seja, as superestruturas estão em todas as instâncias das ideologias que compreendem a sociedade desde o Estado até a religião. Do mesmo modo que, só se sustenta pela base (*idem*, p. 61).

O Estado está sob domínio da base dominante. Historicamente, e em si, o Estado é [...] “concebido como um aparelho repressivo [...] uma ‘máquina’ [...] que permite [...] assegurar [...] a dominação sobre a classe operaria, para submetê-la ao processo de extorsão da mais-valia [...]” (*idem*, p. 65).

Na conjuntura de Estado com a ideologia é relevante discernir como o Estado se configura nos diversos aspectos ou sentidos percorridos por Althusser em *Aparelhos Ideológicos de Estado*.

Althusser (*ibidem*) chama de “Aparelho (repressivo) do Estado” aquilo que a teoria marxista denominou como “Aparelho de Estado”. Embora, ambas sejam constituídas pelas mesmas instituições administrativas de Estado, tais como: [...] “o governo, a administração, o exército” [...] (*idem*, p. 67), e também, são formados e regidos pelos mesmos mecanismos de intervenções, que é [...] “através da violência” (*ibidem*). Discerne, porém, dos “Aparelhos Ideológicos do Estado”, que compreendem inúmeras instituições, sejam públicas ou privadas, tais como: “a religiosa, escolar, familiar” [...] (*idem*, p. 68). Entretanto, difere dos Aparelhos (repressivos) do Estado por funcionar, principalmente, [...] “através da ideologia” (*idem*).

No entanto, ambos (Aparelho (repressivo) do Estado e Aparelhos Ideológicos do Estado) necessitam tanto da ideologia quanto da violência para funcionar. No que se refere ao Aparelho (repressivo) do Estado, é que raramente intervém pela ideologia, e, ao passo que Aparelhos Ideológicos do Estado, também, de modo muito sutil, usam da violência para manter sua ordem. Sendo assim, ambos funcionam como repressivos e ideológicos (*idem*, p. 69-70).

Os aparelhos ideológicos estão sempre substituindo outros Aparelhos Ideológicos do Estado, como formas de manter a ordem e o equilíbrio entre classe dominante e classe operária.

Vale ressaltar que não importam as instituições que compõem os Aparelhos Ideológicos do Estado sejam eles públicos ou privados. O importante é o [...] “seu funcionamento” (Althusser, 1985, p.69). Se os AIE³ são sustentados em bases como a ideologia, é necessária compreender como Althusser (*idem*) a concebe.

Partindo da teoria da *Ideologia Alemã*, em que a ideologia [...] “é concebida como pura ilusão, puro sonho, ou seja, nada”. Com isso [...] “toda a sua realidade está fora dela” (*idem*, p. 83), na medida em que seu estatuto de construção está estruturado em fragmentos de realidade que não se consolidam enquanto base de sustentação. Nestas condições, a [...] “ideologia não tem história” [...], é por este viés que Althusser vai dizer que [...] “a ideologia não tem história sua”, mas é carregada de sentidos que materializa através da história, condições de sentidos para o sujeito. [...] “A ideologia tem uma estrutura e um funcionamento tais que fazem dela uma realidade não histórica” [...] (*idem*, p. 84), por apresentar através de sua base como [...] “forma imutável” (*idem*).

Portanto, a ideologia para Althusser está para o sujeito, pois [...] “só há ideologia pelo sujeito e para os sujeitos” (*idem*, p.93), de modo que o sujeito só poderá significar-se a partir da ideologia que está inserido. Daí, [...] “a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos” (*ibidem*, p. 98). Por conseguinte, a ideologia materializa na história os sentidos que determinam os sujeitos em suas respectivas posições.

Assim, como proposto por Orlandi (2000/2002), as condições de determinação do sujeito pela história se dão distintamente nos diferentes momentos históricos. O sujeito medieval é submisso à Igreja, ao passo que o sujeito capitalista é livre e submisso, ao mesmo tempo, é um sujeito de direitos e deveres. Este sujeito, interpelado pela ideologia, não tem acesso ao processo de produção de sentidos, porém, mantém a ilusão do controle de seu dizer e de sua literalidade (Orlandi, 2002, p. 69-70).

Na mediação que constitui o sujeito, em que a ideologia o interpela, e, que a história o determina, entra em jogo a noção de nação em relação a essa língua mesma. Esses dois pontos são os cerne das discussões que tecerei na obra *Sargento Getúlio*. Pois, o que estará em funcionamento é como a memória dessa língua funciona, nesse caso, ela da-se na junção com o autoritarismo da nação do sujeito policialesco.

Se a Análise de Discurso se dá pela relação constitutiva linguagem/pensamento/mundo (Orlandi, 2000, p. 19) e a língua é opaca, faz-se necessário compreendermos como a memória desta língua que nos constitui se materializa na historicidade brasileira. Nesta perspectiva,

3 Tomarei a sigla AIE para designar “aparelhos ideológicos do Estado”, assim como em Althusser.

Payer (2006) trabalha os sentidos da língua materna dos italianos que vieram para o Brasil, frente à língua nacional brasileira. A junção deste ponto com a noção de língua nacional que Mariani (2008-B) discute é característica também da nossa memória da língua, uma vez que a língua em funcionamento moldou-se em condições conturbadas na formação e construção de uma língua e um sujeito nacional brasileiro.

Para compreender sobre como essa língua configurou-se no cenário discursivo brasileiro, faz-se necessário percorrer um pouco da história do nosso país, no que se refere às condições pelos quais esta língua se constituiu. No século XVIII, apesar do Brasil ainda ser colônia de Portugal, vinha-se constituindo a historicidade linguística brasileira, moldada na língua portuguesa falada no Brasil com a língua geral, o tupi. Esta historicidade é apagada ou silenciada por imposição político-linguística do Marquês de Pombal, ao instituir o português da metrópole como língua do Estado a serem usadas em todas as circunstâncias (Mariani, 2001, p. 99).

É neste momento que se iniciam no país as academias e os diretórios que reforçavam a imposição do Marquês. Estas academias, segundo Mariani (*idem*), instauram a [...] “construção imaginária do Brasil que ignora os sentidos da brasilidade que vinha se configurando” (Mariani, 2009, p. 100). O Brasil que estas academias idealizavam estava na consolidação de uma construção imaginária que “agradasse” aos europeus. Por outro lado, o (s) diretório (s) funcionava (m) como veículo de censura ao uso da língua geral no país.

No que se refere à língua do Brasil, as relações de sentidos que constitui sua memória é caracterizada como língua de desprestígio em relação à de Portugal. Em outras palavras, a língua está desvinculada da norma culta preconizada pelas gramáticas. Nas palavras de Mariani [...] “a história da língua no Brasil se encontra desvinculada da história da formação da nação” (*idem*, p. 102), ou seja, os sentidos outros pelos quais somos constituídos.

Nessa perspectiva, vale ressaltar que para a Análise do Discurso, o fato dessa língua apontar para esse ‘deslocamento’ já constitui sentidos distintos da língua de Portugal.

Os diretórios e as academias, sob ordem do Marquês, acataram a lei que inibe o uso da língua geral no Brasil e, com isso, contribuíram para o silenciamento e apagamento da língua brasileira, do mesmo modo, esse silêncio apaga os sentidos que nos constituem e nos significam.

As polêmicas sobre a constituição da língua para a Nação que aqui se edificava estendem-se por vários séculos. Se a língua que nos constitui possui uma memória outra, o modo como cada brasileiro fala sua língua também configurar-se-á sob preconceitos e rótulos

de que o brasileiro não sabe falar sua própria língua. A respeito desses aspectos, Pfeiffer (2001, p. 167) aponta para os discursos que contornaram as polêmicas nos séculos XIX e XX. Porém, os discursos que delinea as discussões giram em torno de alguns escritores literários brasileiros e portugueses, que se deu, sobretudo, no século XIX. Estas discussões acontecem justamente, no momento em que há o [...] “período de gramatização da língua nacional no Brasil” (*idem*, p. 68).

Ao legitimar a língua portuguesa como nacional Pfeiffer (*idem*, p. 172), aponta para o silenciamento e apagamento das outras línguas, como as indígenas e a geral existente aqui. É justamente nesta legitimação de língua nacional que ocorre às polêmicas em torno da língua que falamos e escrevermos. Para Pfeiffer, este efeito de silenciamento e apagamento das línguas indígenas corroboram para o deslocamento do sujeito índio para a categoria de estrangeiro na sua própria nação (*idem*).

Com isso, a língua portuguesa se configura no Brasil como [...] “transportada em bloco” (*idem*, p. 174) em que as já possuem uma memória que não é desta Nação. Porém, a língua portuguesa no Brasil está numa relação de imposição de sentidos, de um já-dito outro que não o nosso.

Pfeiffer (2001, p. 174) ao denominar a língua como [...] “transportada em bloco”, surge, de certo modo, o sentido pejorativo de que aqui não se poderia constituir uma língua, com sua historicidade e sua memória própria. A língua de Portugal é citada com frequência como “clássica”, enquanto que a do Brasil é tida como “sem referência” (*idem*).

É nesse cenário conturbado que se dá [...] “a possibilidade da construção de um espaço dizível para a língua brasileira, através da referência a uma unidade linguística já legitimada e estabilizada” [...] (*idem*, p. 175). Contudo, para que isso ocorra, a língua sai da posição de [...] “transportada em bloco” [...] para [...] “a ideia de língua que sofre transformação” [...] (*ibidem*).

Esta língua molda-se, assim, para a Nação brasileira, reclamando seus sentidos e suas historicidades. Ao se constituir como língua desta Nação, de certo modo, produz uma ruptura com a de Portugal, instaurando um espaço de unidade linguística brasileira, entretanto, ainda com certa dependência portuguesa. Neste espaço de legitimação, da busca de sentidos que constituem a língua nacional, as relações materializam-se no deslize, de modo que produz uma unidade linguística brasileira.

Para tanto, esta língua brasileira produzirá efeitos de sentidos no sujeito brasileiro no modo como fala sua própria língua, ou melhor, no dizer que não sabe falar sua língua que o

significa enquanto brasileiro. Neste aspecto Mariani (2008-A, p. 25) diz que estes momentos conturbados pelo qual a língua se constituiu na formação brasileira, nortearão também esta língua e as condições sob as quais se dá na/para a formação da sociedade nacional.

Os pontos de discussões que cerceiam esta língua, a tentativa de mantê-la com características lusitanas, o preconceito no modo como é falado no Brasil... são questões que apontam para as condições da linguagem que constituem o sujeito nacional brasileiro. Estes sentidos remetem para um imaginário de língua na maneira como o brasileiro a fala – ao colocá-la na posição de desprestígio em relação à de Portugal – entretanto, neste entremeio, a língua toma características peculiares no modo como falamos.

Para Orlandi (2000, p. 52) a linguagem se dá na condição de incompletude, em que [...] “nem sujeitos nem sentidos estão completos” [...] (*idem*). Entretanto, nada está pronto e acabado na língua, há sempre algo novo para se dizer, relação esta que estabelece o jogo entre o já-dito e o novo dizer em que a língua aponta para a falha. Para que isso aconteça, a língua se inscreve no real.

Tomando o que Orlandi (*ibidem*) diz sobre a condição da linguagem, uma vez que sentidos e sujeitos inserem-se na incompletude, a língua que se instala aqui como constitutiva de sentidos para a Nação, pode ser considerada nossa língua também, haja vista que havia no Brasil as línguas indígenas que, ao entrarem em contato com a língua portuguesa, constituem sentidos e significados novos. “Outras formas vão estabelecer fazendo intervir, e ao mesmo tempo constituindo, a memória local” (Orlandi, 2005, p.29).

A língua aqui passa a significar diferente com a relação à palavra:

Essa diferença se torna cada vez mais uma diferença de línguas (relação palavra/palavra, e não da palavra com a coisa). [...] Tem início, então, a produção de um espaço de interpretação com deslizamentos, efeitos metafóricos que historicizam a língua. Produzem-se transferências, deslizamentos de memória, metáforas, pois estamos diante de materialidades discursivas que produzem efeitos de sentidos diferentes. As palavras, estas, já recobrem outra realidade (ORLANDI, p. 30).

Segundo Mariani (2008-A, p. 26), a língua nacional é a que representa a [...] “identidade política e cultural” (*idem*) de uma Nação. Isto é, ela funciona na construção da identidade nacional. Por outro lado, há uma construção imaginária para nossa língua, ao passo que produz a hierarquização no modo como é falada. Tal construção imaginária se instaura numa homogeneidade que opera as noções de certo e errado, esta [...] “noção é constituída pelas relações de poder, envolvidas nas relações linguísticas” (*idem*, p. 27). Ora, o sujeito que

fala esta língua é determinado pelas relações administrativas de Estado, que também é o que o determina como indivíduo interpelado em sujeito.

Entretanto, ao retomar as discussões que aqui cerceiam na constituição do sujeito e, nesse caso, especificamente, o sujeito brasileiro em relação à sua língua, instaura-se um fato dito como evidente, de que (o brasileiro) fala mal a língua (Mariani, 2008-B, p. 27). Há, na verdade, uma crença dogmatizada de que os brasileiros não sabem falar sua língua. Esta crença se impôs desde o momento em que a historicidade materializou a construção da língua nacional, em que as relações de poder, sob domínio da elite imputaram-lhe sentidos imaginários, ou seja, uma língua imaginária frente à língua tida como popular. Esta maneira de falar é espelhada no modo tradicional em que impera uma ligação com a língua de Portugal (*idem*, p. 31).

Ao instaurar a língua portuguesa no Brasil, instaura-se também a sua memória que, por sua vez, constitui o sujeito e, no nosso caso, essa língua possui uma memória outra. Talvez, esta seja a razão de muitos brasileiros se considerarem ignorantes em relação à própria língua. Quando Marquês de Pombal impõe a língua portuguesa como língua nacional, traz além da sua memória, sua cultura, sua religião e política. (Mariani, 2008-B, p. 38).

É importante dizer que há um distanciamento na língua do Brasil em relação com a de Portugal. E, neste ponto, também temos as características que aqui se formaram ao entrarem em contato com as outras línguas existentes no país.

Esta língua, gradativamente, [...] “do ponto de vista discursivo” (*idem*, p. 40) ganha contornos, sentidos e memória da Nação brasileira pela qual a [...] “historicizam de modo diferenciado”, no entanto [...] “não há como silenciar totalmente a memória portuguesa” (*ibidem*).

CAPÍTULO II

LÍNGUA AUTORITÁRIA

A partir do que Lagazzi (2009, p. 1) define como [...] “recortes significantes circunscritos na memória discursiva” em que o significante produz sentido, perguntamos pela história brasileira materializada na língua poética de *Sargento Getúlio*, buscando compreender como os [...] “elementos significantes” recortados no material de pesquisa funcionam nessa relação significante de sentidos em movimentos, pela tensão parafrástica e polissêmica (*idem*).

O efeito poético define a língua num espaço político autoritário, de censura. Este efeito está no modo como o sujeito Getúlio se significa nesta língua, enquanto posição ideológica, ocupando um lugar de autoridade institucional policialesca: *Matei uns três infelizes assim, pelo cima de uns quipás [...]*. (Ribeiro. 1982, p. 9). Sargento Getúlio é subalterno à autoridade de Estado, na figura de Acrísio Antunes e um chefe político, corrupto, figura do coronelismo.

O efeito poético joga com uma língua que permeia a interdição do dizer na sociedade que se configura à memória discursiva cercada pelo autoritarismo do sujeito policial: *E eu de vinte mortes nas costas*. (*idem*, p. 14). O discurso do sujeito policialesco sobre diversas mortes encomendadas está sempre se repetindo e criando com esta repetição um lugar de autoridade. Sendo assim, a língua que o constitui encontra-se nesse mesmo lugar. Vê-se em *Sargento Getúlio* o funcionamento de uma língua com *status* de silenciamento – o político pelo qual é constituída.

Este efeito poético na/da língua em *Sargento Getúlio* se estabelece em outra rede de sentidos para significar: a do autoritário/censura que silencia a voz do outro (o preso, tomado enquanto significante). Para Orlandi (2007, p. 33), [...] “é preciso insistir que a matéria significante do silêncio é diferente da significância da linguagem (verbal e não verbal)”, isto é, a linguagem modifica os sentidos do silêncio, uma vez que ele é disperso, efêmero.

A linguagem toma o silêncio para significá-lo em palavra, “matéria e forma” (*idem*). Verifica-se em *Sargento Getúlio* o silêncio em funcionamento num sentido vertical, de instituição/poder/Estado para preso/censurado/submisso a este Estado, instituído como autoritário, sempre materializado na figura do sargento.

Esse silêncio se dá na obra sob vários aspectos, entre os quais está a sociedade/instituição de poder caracterizada na figura do sargento que, em nenhum momento permite a fala do preso (sob sua custódia). Insere assim, neste liame a retórica da opressão e

do oprimido (Orlandi, 2007, p. 29). Porém, este sargento mantém a ilusão em poder silenciar/calar o preso que está sob sua jurisdição, (*idem*, p. 34). Nessa perspectiva, podemos situar este sujeito (policialesco) a partir de Orlandi (2002, p. 69-70) em que [...] “a interpelação do sujeito capitalista faz intervir o direito, a lógica, a identificação” [...] daí a sua “ilusão” de poder controlar seu dizer, e da “literalidade” desse dizer. Sendo assim, este sujeito é assujeitado e determinado pela história, de tal modo que é tomado pelo poder de controlar o dizer e, neste caso, também o dizer do preso submetido nesta relação de hierarquização de poder: lei e preso/réu.

Segundo Orlandi (2007, p.), a linguagem não consegue dizer o silêncio, ou seja, no silêncio os sentidos são infinitos do mesmo modo que (o silêncio) iguala ao real da língua e ao real da história, pois, o silêncio é constitutivo de ambas. Para a autora (*idem*, p. 29), [...] “o silêncio é o real do discurso” porque se inscrevem nas várias possibilidades do discurso, dos dizeres ao materializar sentidos. Não é possível traduzir o silêncio em palavras, pois se o dissemos como tal [...] “perde sua especificidade, enquanto matéria significante distinta da linguagem” (*idem*, p. 30).

Para Orlandi (2007, p. 37) [...] “o silêncio não é transparente” posto que ele circula entre [...] “pensamento-palavra-e-coisa”, isto é, os sentidos não são os mesmos, não estão fixados. O silêncio não é linguagem, mas, materialidade. Este silêncio do qual a língua é constitutiva significa além da linguagem, ela institui-se como o retórico na sociedade configurada em *Sargento Getúlio* (*idem*, p. 29).

Esse silêncio [...] “significa em si mesmo”, independentemente da palavra [...] “o sentido do silêncio não deriva do sentido das palavras”, o silêncio permanece e significa como tal (Orlandi, 2007, p. 61-66). Nessa perspectiva, o silêncio do preso é significativo perante a linguagem de Getúlio, este sujeito silenciado está do lado do oprimido. Pode-se dizer que há nesta forma de silêncio sentidos significantes, pois, ele funciona em seus [...] “modos próprios de significar” (*idem*). Vale especificar que este silêncio a que o preso é submetido em *Sargento Getúlio* está numa relação com as formas de assujeitamento da censura.

Assim como na língua, no silêncio [...] “há sempre ainda sentidos a dizer” (Orlandi, 2007, p. 70). Os sentidos nunca estão prontos e acabados. “O sentido é múltiplo porque o silêncio é constitutivo” (*idem*, p. 71). Há em *Sargento Getúlio* duas formas de silêncio tal como proposto por Orlandi (2007, p. 73), o [...] “silêncio constitutivo” e o [...] “silêncio local”, ambos situados numa política de silêncio, o que é explicitado pela autora como o que [...] “produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz” (Orlandi, 2007, p. 73). Há

sempre o apagamento de dizeres e esta forma se situa num [...] “efeito de discurso” (*idem*). Este silêncio, que apaga a voz do preso, o silencia pela relação de poder. Percebe-se que, raramente alguns personagens (que estão posicionados num plano secundário) falam (Ribeiro, 1985, p. 46). Pode-se corroborar, a partir de Bernd (2001, p. 15) que há uma espécie de “monólogo”⁴ traçado na obra, pelo qual o Sargento [...] “fala, na maior parte do tempo, para si mesmo através de um monólogo interior” [...] (*idem*). Porém, sua fala prevalece como se fosse o único personagem, pois silencia o dizer do preso: *Vosmecê me desculpe, mas desafasta dessa porta.* (Ribeiro, 1985, p. 26)

A narrativa do romance estabelece um “monólogo” dirigido ao preso, mas em nenhum momento é dado o direito de resposta da parte do sargento. Prevalece neste material o silêncio local, pois, o cenário político (o nordeste brasileiro, especificamente, o estado de Sergipe) encontra-se em vias de mudanças. Tal mudança já havia ocorrido nas demais localidades, de forma que Getúlio é cerceado por esta mudança. O silêncio é caracterizado pela instituição policialesca. Há uma [...] “interdição do dizer” própria do regime autoritário, da censura.

Esse silêncio materializado na obra, pode ser tomado como pontos similares aos que eram submetidos os opositores do regime militar que governaram o Brasil (de 1964 a 1985), a partir do momento que foram concedidos pelos militares, amplos poderes à seus presidentes, de tal modo que, instituiu aí uma única verdade para os fatos como as prisões, as torturas e as mortes, e, por conseguinte, a anulação da liberdade de expressão, tais repressões eram tidas [...] “sempre em nome da segurança da nação” (Petta, 1999, p.267).

Retomando a obra, há o elemento significativo da censura que é a língua ou, como já foi referido, o efeito poético na língua. Até o momento a discussão sobre o silêncio é necessária para compreender-se o funcionamento desse efeito poético na língua em *Sargento Getúlio*. A língua que sustenta a censura local é instituída pelo Estado através da posição sujeito do sargento, representante desse poder autoritário da sua instituição. Essa instituição policialesca que o sargento pertence configura-se na relação com os “Aparelhos (repressivos) do Estado”, pois, sua base é constituída pela história e, predominantemente [...] “através da violência” (Althusser, 1965, p. 65), da repressão, eis o porquê Althusser (*idem*) designa-o como repressivo.

Este efeito poético da língua materializado em *Sargento Getúlio* constitui-se sob os modos peculiares da escrita. O autor, ao criá-la, joga com a gramática normativa quando

4 Tomo o termo monólogo com aspas, porque em alguns momentos na obra outros personagens também falam e, por isso, apesar de produzir o efeito de um “monólogo” não se sustenta como tal.

inscreve a língua do cotidiano no jogo de palavras criadas como: *ufeúfe, vuquevuque* (Ribeiro, 1985, p. 10-33), ou com acréscimo de um prefixo tais como: *desvazia, descurece, desquando*. (*idem*, p. 12-13-109). O uso constante de várias interjeições: *uh-uh, an-bem, hum, chu, ah-ah* (*idem*, p. 11-12), que constitui, na maioria das vezes, a fala do motorista Amaro. E, por fim, o uso de termos arcaicos como: *vosmecê, mor* (*idem*, p. 11-41).

Na construção dessa língua a posição sujeito-autor joga com sentidos já estabilizados. A obra constitui-se numa relação de [...] “língua de espuma”, assim como proposto por Orlandi (2007, p. 99), [...] “na língua de espuma os sentidos se calam.” (*idem*). Nesta, permanece o [...] “poder de silenciar” (*ibidem*). Para a autora, esta língua que interdita os sentidos é falada pelos militares que governaram o Brasil de 1964 a 1985.

Este efeito de silenciar os sentidos constitui a língua de Getúlio num espaço policialesco no qual o estado de Sergipe é tomado como Nação literária, uma vez que, há funcionamentos de sentidos que corroboram com o fato de silenciamento, autoritário e censurado. Quanto à resistência desse espaço de interdição, Orlandi (2007, p. 102) diz que [...] “o silêncio não é ausência de palavras”. Com base nesta afirmação, o silêncio ao qual o prisioneiro é submetido está carregado de sentidos, pois [...] “impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso” (*idem*, p. 102).

Como em toda sociedade de regime autoritário a tortura torna-se um acontecimento frequente de repressão por parte do poder/Estado e, de resistência, por parte do oprimido. Este fato encontra-se materializado em *Sargento Getúlio*. Quando ele decide torturar o preso ao invés de devolvê-lo ao Estado: [...] *por primeiro bati a coronha nele para ele abrir a boca; depois tirei dois dentes de riba, dois dentes de baixo. Foi serviço ligeiro* (Ribeiro, 1985, p. 65).

A mudança no cenário político que o romance anuncia implica na sobrevivência do próprio sujeito Getúlio. Há nessa mudança o rompimento do arcaísmo para o modernismo (Bernd, 2001, p.14). Não há mais espaço para este sujeito constituído pela barbárie e crueldade. Porém, este sujeito já anuncia de certo modo sua própria decadência: *Não gosto que o mundo mude, me dá uma agonia, fico sem saber o que fazer* (Ribeiro, 1985, p. 94).

Porém, o que permanece são os delírios do Sargento já sem nação quando sua existência está próxima do fim e o que mostra é o caminho definitivo para sua morte, quando é atingido por um tiro. O que se vê é justamente o “protagonista-narrador” desaparecendo, ao mesmo tempo em que narra sua própria morte:

[...] eu vou morrer e nunca vou morrer eu nunca vou morrer Amaro eu nunca vou morrer um aboio e uma vida Amaro aaaaaaaahhh
 eeeeeeeeeeeeh aê aê aê aê aê aê aê aê aê aê eco eco aê aê aê aê eu
 nunca vou morrer Amaro e Luzi netena lua essas balas é como meu dedo
 longe e o lhelá Ara eu vejocaju e a água cor redonde vagar e sal gadaela éboa
 nun cavoumor rernun caeusoueu, aí um boi de barro, aiumboi aiumboide
 barroaê aê aê aiungara jauchei de barro e vidaeu sou eu e vou e quem foi aí
 mi nharam jeiramur chaai ei eu vou e cumpro e faço e (RIBEIRO, p. 157).

O fim de Getúlio culmina com o fim da obra apontando para a destruição e o desaparecimento de uma língua, um sujeito e uma sociedade autoritária.

CAPÍTULO II. I

EM NOME DA NAÇÃO

A Nação em *Sargento Getúlio*, como já foi focado, instaura-se entre a mudança do velho, dito como arcaico em relação com o novo, o moderno (Bernd, 2001, p.14). Por outro lado, vê-se que há um elemento fundamental que constitui este sujeito policialesco Getúlio que é o preâmbulo: *Nesta história, o Sargento Getúlio leva um preso de Paulo Afonso a Barra dos Coqueiros. É uma história de aretê* (Ribeiro, 1985, p. 7).

A palavra *aretê* vem do grego e significa virtude, que remete a honra. Segundo Aragão (1988, p. 104, apud Bernd, 2001, p. 13) [...] “aretê traz consigo a principal marca de um herói. O herói grego, aquele que representa a história de seu povo, [...] é antes de tudo alguém que tem consciência de seu valor” [...], com isso, o que se espera da narrativa é a personagem Getúlio agir de acordo com o que foi anunciado.

Porém, depara-se com um sujeito que narra suas aventuras que realizou em nome da instituição que pertence e, que representa o Estado. À medida que é narrado as cenas de crueldades que cerceia o mundo de Getúlio, evidencia-se que este herói está deslocado do lugar de *aretê*. Assim, o sujeito-autor ponha em funcionamento um herói que aproxima da virtude, por levar a cabo a missão de entregar o preso, pois, segundo Aragão (*idem*) [...] “aretê é, pois, valor, consciência de uma missão a ser cumprida, honra, dignidade”. Getúlio não desiste da missão da que lhe foi incumbida: “Então: vão me esperar por terra em Aracaju. Aí eu chego por água na Barra dos Coqueiros para ver como é que está tudo e de lá eu atravesso e levo a carga [o preso]” (Ribeiro, 1985, p. 150).

Por outro lado, há esse sujeito que morre pela Nação que acredita e que lhe constituiu. O que a princípio parecia um herói deslocado da *aretê* acaba por permanecer como tal, pois segundo Bernd (2001, p. 16) a partir do capítulo III, a narrativa toma [...] “o relato épico de uma tragédia grega” quando Getúlio recebe a notícia para abandonar a missão, mas decide levá-la até o fim. Este sujeito Getúlio é formado numa sociedade que materializa o funcionamento dos Aparelhos (repressivos) do Estado na medida em que a instituição policialesca responde através do sargento que estabelece relação (institucional/hierárquica) com o governo.

Esse sujeito age em sua sociedade através da posição ideológica que ocupa. Há na configuração desse herói nacional o sujeito institucional que significa e joga com sentidos outros que o constituiu nesse lugar autoritário, por uma memória que disponibiliza sentidos já-ditos em diferentes momentos. Nesse caso, essa memória discursiva reclama sentidos materializados na historicidade brasileira dos anos da ditadura militar.

O discurso de Getúlio tem a presença do outro que está materializado no Estado (através dos homens que compõem a força federal), que (tentam e) agem na incoerção para Getúlio abortar a missão que lhe foi imposta. No entanto, o eu que constitui o sujeito fala, significa mais do que a instituição policial em si. O eu prevalece como imutável perante a ordem de abandonar a missão.

Ao construir esta narrativa o sujeito-autor joga com a [...] “repetição histórica” (Orlandi, 2007-A, p. 70), pois formula dizeres que retoma a memória discursiva, não somente do autoritarismo, mas também das torturas que constituiu a História do Brasil desde seus primórdios. A tortura do preso pode ser posta numa rede de filiação de sentidos que remete à escravidão que perpetuou desde o início da nossa constituição enquanto sujeitos brasileiros até o final do século XIX.

Há também a materialidade da língua em *Sargento Getúlio*, criada pelo sujeito-autor que mexe com sentidos já estabilizados, cristalizados e, ao criar novas palavras rompe com a gramática normativa instaurando novas possibilidades de significar-se.

CAPÍTULO III

SOCIEDADE DE CONTROLE EM SARGENTO GETÚLIO

O controle excessivo do *Sargento Getúlio* sobre o preso passa a predominar a partir do capítulo III, aliás, este é o ponto central da narrativa, quando aparecem as primeiras evidências da mudança no cenário político da obra. Vê-se a força do Estado prevalecer e submeter o prisioneiro a seu poder.

A respeito desse controle que o Estado exerce sobre o preso constituído na figura do sargento, Costa (2004, p. 161) discute como a sociedade de controle interdita o espaço e o corpo do sujeito que está submisso a esta instituição de poder. Assim, segundo Costa (*idem*) a sociedade disciplinar pode ter seu início no século XVIII e o seu declínio pela metade século XX. Essa decadência se deu pela ascensão da sociedade de controle ao poder. Esta sociedade de controle é a que prevalece e constitui o espaço político-social na nação literária em *Sargento Getúlio* (*ibidem*, p. 161).

As distinções entre estas sociedades estão no modo como cada uma molda o sujeito que a constitui. Sendo assim, a sociedade disciplinar é constituída pelo “enclausuramento” do indivíduo em diversas [...] “repartições do espaço em meios fechados” tais como [...] “escolas, hospitais, indústrias, prisão” (*ibidem*). Ao passo que na sociedade de controle esse processo é distinto, pois, o que vai prevalecer é a [...] “interdição dos espaços” (*ibidem*). Ou seja, o controle se molda sobre o espaço em que o sujeito se constitui e, que é moldado pelo Estado. Há neste sentido, a interdição do “limite” (*ibidem*).

É nessa interdição do espaço, do limite que constitui a obra *Sargento Getúlio*, como mostra o trecho a seguir: [...] *Quando cheguei, avisei logo: tranca essa cabra no quarto menor* [...] (Ribeiro, 1982, p. 44). Em que delimita o lugar do qual o preso pode circular, enquanto Getúlio aguarda novas ordens para prosseguir com a viagem.

A sociedade de controle na junção da interdição do dizer discutida por Orlandi (2007) e tomada na perspectiva de Aparelhos (repressivos) do Estado que Althusser (1985) desenvolveu em seu *Aparelhos Ideológicos de Estado* corrobora na configuração de uma sociedade literária em que os controles interditam não somente os dizeres, mas também tomam como seu objeto de controle o corpo dos sujeitos que a integram, principalmente, se o sujeito é o da resistência: *Mas é porque, nessas horas que não tem nada para fazer, nessas*

horas vem uma vontade de arrelhar o alguém e, quanto mais ele não faz nada, mais dá vontade de arrelhar e puxar e dar porrada, é isso mesmo (Ribeiro, 1982, p. 92).

Foucault (2010, p. 132) em sua obra *Vigiar e Punir, nascimento da prisão*, discute acerca de como o Estado trabalha no domínio do corpo⁵ do sujeito e o controla como um todo. Os suplícios, sobre “o corpo dos condenados” (*idem*, p. 9) são um dos exemplos desse poder. Vê-se em Foucault (*idem*) que o Estado, nestas circunstâncias não trabalha isoladamente, mas acompanhado e regido de algumas outras instituições. Segundo Althusser (1985), estas instituições são pertencentes à classe dominante, constitutiva da formação que domina o Estado.

Desse modo, temos em *Sargento Getúlio* um ponto similar com o proposto em Foucault (*idem*, p. 9), em que a religião aparece como um apaziguador entre o poder do Estado, ao aplicar a pena ao condenado e o dever do indivíduo em cumpri-lá: “[Damiens fora condenado, a 2 de março de 1757], a pedir perdão publicamente diante da porta principal da Igreja de Paris [...] sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio” [...] (*idem*). Na obra, algo desse mesmo acontece em processo diferenciado, à figura do religioso faz uma ligação entre o mundo da barbárie em que vive Getúlio, com o novo modelo institucional moderno de Estado:

[...] esse padre chega e diz que a gente espere, porque a gente vai esperar o recado que ele mandou para umas certas pessoas, [...] e diz que ninguém vai sair dali nem nada, até chegar as pessoas que vai dar uma decisão naquele caso. [...] porque não sei mais se é possível levar ele para a capital [...] os tempos estão mudando e voscê cortou a cabeça dum tenente e não sei como é que vai ser [...]. É que a situação mudou, diz o padre [...] (RIBEIRO, 1982, p. 82-83).

Este aspecto (da sociedade de controle) está configurado nessa obra na medida em que o sargento toma para si a função de censurar a língua do preso. Neste gesto autoritário, a língua é tida como intermediário entre o poder controlar e o poder justificar suas ações de torturas e ofensas ao preso que está sob sua custódia.

A articulação da língua na injunção da sociedade de controle no romance histórico materializa fatos da historicidade brasileira. Esta materialidade norteia aspectos de uma sociedade de controle instituída por presidentes militares que governaram o Brasil durante vinte e um anos. O sujeito Getúlio, é situado nesse espaço, na relação de poder da instituição

5 Este corpo está na relação significativa de poder sobre o sujeito e sobre seu dizer,

polícialesca que corresponde como subornado do governo autoritário, pois é ele, Getúlio, quem dita às regras para o preso.

A descrição de um soldado perfeito em Foucault (2010, p. 131) pode ser tomada como uma metáfora de como o sujeito é manipulado perante o Estado. Os sentidos ganham outras possibilidades de significar o sujeito, diante desse Estado que o individualiza.

A postura enrijecida desse soldado, o domínio do corpo como objeto de poder (Foucault, *idem*), este indivíduo que é moldado de acordo com a exigência do Estado, torna uma peça hábil que obedece, não questiona, não se significa. Esse ponto abre uma fissura que pode corroborar com aquele em *Sargento Getúlio*, o preso é submetido nessa relação de passividade, de docilidade que deixa manipular-se: [...] “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” [...] (Foucault, 2010, p. 132).

Getúlio arrasta o preso, amordaça-o, chama de nomes que o desqualifica, tortura-o e submete-o a seu domínio, vê-se um prisioneiro moldado de acordo com o preceito do autoritarismo do Estado.

Por fim, verifica-se, que há nesse romance histórico, configurado pela história, como fatos que reclamam sentidos, pela arte e pela poesia, a história da ditadura militar brasileira materializada pelo efeito poético da língua, pelos traços de similitudes, como a tortura, que presentifica-a. A violência que prevalece na narrativa. O domínio constante e a resistência quase invisível. E assim como a língua, esta sociedade de controle desaparece com a morte de Getúlio. Já que não há espaço para este sujeito coronelismo no novo Estado tido como moderno (Bernd, 2001, p. 14).

CONCLUSÃO

Sabe-se que o sujeito é constituído na sua não transparência e submete-se à língua e à história para significar-se. Esse processo de significação constitui o sujeito que se diz enquanto posição ideológica que ocupa numa sociedade, seja qual for ela. Por outro lado, há uma noção de língua que configura a Nação de determinado sujeito (neste caso, o brasileiro, numa relação de poder) que percorrem sentidos já-ditos em outros momentos.

Se a formação da língua para a nação brasileiro moldou-se sob aspectos históricos conturbados e, foi posta como desprestigiada perante a de Portugal, e, por conseguinte, construiu sentidos outros para a sociedade que edificara por aqui. Em *Sargento Getúlio*, essa língua é moldada e constituída de acordo com a necessidade de sua nação, sem caracterizar como desprestígio por romper com a norma culta preconizada pela gramática normativa. Ao contrário, é justamente nessa ruptura que há o efeito poético dessa língua que materializa sentidos outros, pois evoca e mexe com que está cristalizado na língua portuguesa.

Essa língua percorre sentidos na injunção histórica dos fatos ocorrido entre 1964 até 1985, quando a liberdade de expressão era contida na formulação dos sujeitos que compunha à sociedade. A nação na obra, a interdição do dizer é dada por Getúlio em relação ao preso que ocupa o lugar do reprimido, do silenciado. O discurso de Getúlio significa além da narrativa, porque evoca sentidos de uma memória discursiva da nossa historicidade.

O Estado representado pelo sujeito policalesco que interdita espaço do dizer do preso e toma-o para si como dócil, para manipular e subjugar como for necessário é característico de uma sociedade autoritária. Por outro lado, o sujeito que é tomado como herói, mas que morre por esta nação que acredita sem a qual não pode sobreviver. Essa morte da-se justamente pela mudança estabelecida no cenário político-social.

Portanto, Getúlio só significa enquanto sujeito interpelado nessa relação de força do Estado. Pode-se dizer que, sua existência está diretamente ligada com o modelo de governo que estabelece na narrativa. O *Sargento Getúlio* é a ligação entre o velho e o novo, que é o Estado moderno da qual não há espaço para o sargento, que no princípio, narrava com júbilo às mortes cruéis do mundo que o pertencera.

Por isso, a morte de Getúlio é também o fim de sua língua e sua nação autoritária.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado; trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro: introdução crítica de José Augusto Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1985, 2ª edição.
- BERND, Zilá. Um certo Sargento Getúlio. In: *O caminho do meio*: uma leitura da obra de João Ubaldo Ribeiro. Zilá Bernd e Francis Uttezá. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.
- COSTA, Rogério da. *Sociedade de controle*. São Paulo em perspectiva, 18(1): 161-167, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- LAGAZZI, Suzy. O recorte significativo na memória. In: *Publica na coletânea O Discurso na Contemporaneidade*: materialidades e fronteiras, Claraluz, 2009.
- MARIANI, Bethânia. Língua nacional e pontos de subjetivação. In: *Estudos linguísticos*. São Paulo, 37 (3), 25-31. set-dez. 2008 (A).
- _____. Entre a evidência e o absurdo: sobre o preconceito linguístico. In: *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Preconceito linguístico e cânone literário*, nº 36, p. 27-44, 2008 (B.)
- ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso*: princípios e procedimentos. Campinas, SP, Pontes, 2000.
- _____. Do sujeito na história e no simbólico. In: *Língua e Conhecimento Lingüístico: Para uma história das idéias no Brasil*. ORLANDI, Eni. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5ª edição. Campinas; SP, Pontes Editores, 2007.
- _____. *As formas do silêncio*: no movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. A língua brasileira. In: *Língua e conhecimento lingüístico*. Por uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, p. 21-32, 2002.

_____. A língua brasileira. *Cienc. Cult.* vol. 57 nº 2 São Paulo Apr/June 2005. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252005000200016&script=sci_arttext, acessado em 24/03/2011.

PAYER, Maria Onice. Memória da língua. Entre a língua nacional e :a língua materna. In: *Memória da língua: imigração e nacionalidade*. São Paulo: Escuta, 2006.

PECHEUX, Michel. Só há causa daquilo que falha ou o inverso político francês: início de uma retificação. In: *Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*, trad. Eni Pulcinelli Orlandi [et al.] 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

PFEIFFER, Claudia Castellanos. A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX. In: *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Organizadora Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

POSSENTI, Sírio. O “eu” no discurso do “outro” ou a subjetividade mostrada. In: *Revista de Linguística ALFA: A análise do discurso*. São Paulo: Editora UNESP/ Universidade Estadual Paulista, 1995, p.45-55.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Sargento Getúlio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.